



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

Núcleo de Apoio Regional de Conselheiro Lafaiete

Parecer nº 76/IEF/NAR CONSELHEIRO LAFAIETE/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0062809/2020-23

parecer único					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: <b>Wagner Miranda Rocha</b>				CPF/CNPJ: <b>494.293.026-04</b>	
Endereço: <b>Rua Viçosa, 58 – apto 1.403</b>				Bairro: <b>São Pedro</b>	
Município: <b>Belo Horizonte</b>		UF: <b>MG</b>		CEP:	
Telefone: <b>(31)9 8835-9810 (Marcos Birchal de Moura – Procurador)</b>		E-mail: <b>marcos@pirilampo.eco.br (Marcos Birchal de Moura – Procurador)</b>			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( x ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome:				CPF/CNPJ:	
Endereço:				Bairro:	
Município:		UF:		CEP:	
Telefone:				E-mail:	
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: <b>Lote 04, quadra 26 – Condomínio Quintas do Sol</b>				Área Total (ha): <b>0,1406</b>	
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): <b>48.380 Livro 2</b>				Município/UF: <b>Nova Lima</b>	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): <b>Imóvel urbano</b>					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
<b>Supressão da Cobertura Vegetal Nativa COM Destoca</b>		<b>0,064593</b>		<b>ha</b>	
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
<b>Supressão da Cobertura Vegetal Nativa COM Destoca</b>	<b>0,064593</b>	<b>ha</b>	<b>23K</b>	<b>619051.06</b>	<b>7788760.77</b>
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área		Especificação			Área (ha)
<b>Infraestrutura</b>		<b>Construção de residência unifamiliar</b>			<b>0,064593</b>
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)	
<b>Mata Atlântica</b>	<b>Floresta Estacional Semidecidual</b>	<b>Médio</b>		<b>0,064593</b>	
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>					
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade		
Lenha	Exótica	2,20	m³		
Lenha	Nativa	3,25	m³		
Madeira	Nativa	0,96	m³		

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 18/12/2020

Data da vistoria: 12/03/2021

Data de solicitação de informações complementares: 05/04/2021

Data do recebimento de informações complementares: 08/04/2021

Data de emissão do parecer técnico: 21/09/2021

**2. OBJETIVO**

Analisar a solicitação para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 0,064593 ha (645,93 m²), no Lote 04 da Quadra 26 no Bairro/Condomínio Quir Auto de Infração 282138/2021, com a finalidade de construção de residência unifamiliar.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

Imóvel Urbano – Lote

A Propriedade possui registro matricula nº 48.380, Livro nº 2, Página 1 Frente do Registro de Imóveis de Nova Lima/MG, datada de 07 de março de 2012, referente ac 0,1406 ha (1.406,00 m²).

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**



**4.4 Alternativa técnica e locacional:** [para intervenção em APP e supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado]

Considerando a necessidade de supressão de Mata Atlântica em estágio médio, considerando os estudos apresentados, as características do projeto e ainda a vistoria técnica realizada, conclui-se que a supressão é necessária para a realização do projeto, desde que cumpridas todas as compensações ambientais exigidas.

**5. ANÁLISE TÉCNICA**

Diante do exposto e conforme estudos e dados apresentados, a área requerida para intervenção (645,93 m<sup>2</sup>) apresenta vegetação nativa de Floresta Estacional Semidecidual, conforme consta no inventário florestal.

Foi lavrado Auto de Infração nº 282138/2021 pela supressão de cobertura vegetal em 200 m<sup>2</sup> sem a devida autorização pelo órgão ambiental competente. O mesmo foi apresentado ao Censo Florestal (Inventário 100%) e de acordo com esse inventário florestal, a volumetria total é de 6,41 m<sup>3</sup>, sendo 2,20 m<sup>3</sup> de lenha de floresta plantada. Ainda de acordo com o Censo Florestal apresentado, não foram identificadas espécies ameaçadas de extinção e imunes de corte.

Assim, observados quesitos técnicos e legais não verificamos existência de impedimentos técnicos ao pleito do requerente, desde que cumpridas todas as compensações ambientais exigidas.

**5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

**Impactos:** perda e fragmentação de habitat (Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração); redução da biodiversidade; exposição do solo, facilitando a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento, além da diminuição da disponibilidade de alimento; alteração da paisagem.

**Medidas mitigadoras:** contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços a fim de evitar e coibir intervenções em áreas além das autorizadas; áreas de preservação existentes na propriedade e seu entorno, caso ocorram; durante o processo de supressão florestal e ou a conclusão da obra, adotar medidas de conservação da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento, diminuindo o tempo de exposição do solo, utilizar meios de afastamento de fauna, e adotar técnicas e medidas para a recuperação da área.

**6. CONTROLE PROCESSUAL**

**Processo nº 2100.01.0062809/2020-23**

**Requerente:** Wagner Miranda Rocha

**Propriedade/Empreendimento:** Condomínio Quintas do Sol, Lote 04, Quadra 26.

**Município:** Nova Lima/MG

**I - Do Relatório**

O requerente Luciano Bellini formalizou solicitação para supressão de vegetação nativa com destoca em 0,064593 ha, para uso alternativo do solo, no município de Nova Lima. Foram apresentados os documentos exigidos na Resolução Conjunta Semad/IEF nº 1.905, de 12/08/2013, para formalização do Processo.

O processo foi encaminhado para controle processual após vistoria técnica e análise técnica.

O processo se encontra apto para análise jurídica.

**II - Do Controle Processual**

O requerimento supracitado deverá ser analisado sob o comando da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 que dispõe sobre as políticas florestais e de proteção ambiental. A intervenção ocorrerá dentro do bioma Mata Atlântica, ressaltando a vegetação caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária em estágio médio de regeneração. De acordo com a lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006:

*Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer outra forma de divisão do solo, bem como a supressão de vegetação, dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressaltando a necessidade de compensação ambiental.*

Assim, podemos concluir pela possibilidade da supressão, devendo, porém, esta ser compensada, como dispõe o seguinte artigo da mesma lei:

*Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, bem como a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microrregião metropolitana.*

Neste caso, não haverá necessidade de compensação ambiental, conforme exigido pela Lei Federal nº 11.428/06, visto que, a mesma foi contemplada no âmbito do licenciamento ambiental no processo e firmado pelo técnico gestor no item 9 deste parecer único.

Cumpra-se destacar que, para garantir a preservação da vegetação nativa em estágio médio de regeneração, deverá ser mantida a porcentagem mínima exigida da área remanescente de vegetação nativa em estágio médio de regeneração, conforme a Lei nº 11.428/2006.

Por se tratar de imóvel situado em área urbana, não se faz necessária averbação de reserva legal ou inscrição no CAR (art. 25 da Lei nº 20.922/2013).

Insta salientar que constarão no DAIA as condicionantes e medidas mitigadoras sugeridas e previstas neste Parecer Único.

**III - Conclusão:**

Diante disso, conclui-se pela possibilidade de regularização da intervenção ambiental, para uso alternativo do solo em 0,064593 ha objetivando a construção de residência, desde que cumpridas as compensações ambientais preconizadas na legislação que incide sobre a intervenção requerida, a quitação de todas as taxas devidas, atendido os requisitos que possibilitam a regularização.

A intervenção ocorrerá no Bioma Mata Atlântica e em área de prioritária, o processo em tela deverá ser submetido à decisão da Unidade Regional Colegiada – URC da 1ª Instância.

*“Art. 3º O COPAM tem por finalidade deliberar sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas para a conservação e recuperação do meio ambiente.”*

*XVIII – decidir, por meio de suas Unidades Regionais Colegiadas – URCs –, sobre os processos de intervenção ambiental, nos casos em que prioritárias para a conservação da biodiversidade de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental.*

Considerando a competência determinada pelo Decreto nº. [47.383/2018](#), Decreto nº 47.344/2018 e Decreto nº 47.749/2019 o presente processo, juntamente com os parâmetros

## 7. CONCLUSÃO

Diante do exposto sugerimos pelo DEFERIMENTO do requerimento para intervenção ambiental com supressão com destoca em 0,064593 ha (645,93 m²) de vegetação desta intervenção, sendo 2,20 m³ de lenha de floresta plantada, 3,25 m³ de lenha de floresta nativa e 0,96 m³ de madeira de floresta nativa a serem utilizados no próprio

Após realização do controle processual, este parecer único deverá ser submetido à apreciação da URC Metropolitana para deliberação

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

### - Compensação por supressão de Mata Atlântica:

No Bairro/Condomínio Quintas do Sol, a compensação florestal conforme exigido pela Lei 11.428/06 foi contemplada no âmbito do licenciamento ambiental do condomínio

Foi firmado ainda, Termo de Compromisso 090502504 onde na Cláusula Segunda, referente às obrigações ambientais, item 2.4. Das medidas Compensatórias, que alé cada lote, conforme determinação da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

### Preservação de 30% prevista no artigo 31 da Lei 11.428/06:

A propriedade encontra-se em loteamento aprovado anteriormente a publicação da Lei da Mata Atlântica.

Consta a demarcação em mapa da área de 421,80 m² destinada à preservação ambiental prevista no artigo 31 da Lei da Mata Atlântica, corresponde a 30 % da área cor

Caso autorizada a intervenção, Termo de Preservação deverá ser averbado às margens da matrícula nº 48.380 do Registro de Imóveis de Nova Lima/MG, após o julgar

A apresentação de Termo de Preservação averbado em Cartório configura como condicionante a ser atendida previamente à emissão e/ou entrega da Autorização para

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: [se for o caso de áreas já autorizadas]

Não se aplica

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Taxa de Reposição Florestal: DAE: 1501051242949 com valor de R\$ 93,76 quitada em 01/12/2020

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

[Neste tópico, cabe aos responsáveis técnico e jurídico pelo processo estabelecer as condicionantes e compensações ambientais a

### Condicionantes da Autorização para Intervenção

Item	Descrição da Condicionante
1	Apresentação de Termo de Preservação averbado em Cartório às margens da matrícula nº 48.380 do Registro de Imóveis de Nova Lima/MG, após o julgar
2	Quitar o Auto de Infração nº 282138/20
3	Quitar taxa florestal em dobro referente à volumetria da supressão
4	Quitar taxa de reposição florestal referente à volumetria da supressão
	Quitar taxa de reposição florestal complementar referente à volumetria da supressão

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data da Intervenção Ambiental.*

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

☒ COPAM / URC    ☐ SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Carlos Afonso de Souza  
MASP: 1489682-3

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Natália Almeida de Rezende  
MASP: 1489661-7



Documento assinado eletronicamente por **Natália Almeida de Rezende, Servidor (a) Público (a)**, em 21/09/2021, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Afonso de Souza, Servidor**, em 21/09/2021, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **35525323** e o código CRC **C7233D10**.